

RECEBI O ORIGINAL
Em: 16 / 06 / 2021
Euserton Smith M. do Nascimento



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL N 93
ASS. TC

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 011/19-01

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Maurício da Costa Lira

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Estrada do Cetur, nº 499, Rua Boulevard, nº 07, Tarumã, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 526.409.142-00

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99122-6771

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1007.3103

PROCESSO Nº: 2654.2018

CAR Nº: AM-13001852-B0101.8D74.4D6C.4751.A651.C39F.2368.8EC7

ATIVIDADE: Criação de Animais de Grande Porte.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia AM 070, Ramal do Caldeirão, Ramal do Jandira, km 05, Margem direita do Rio Solimões, Fazenda Lago Azul II, Iranduba-AM.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)	Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)
AUA-01	03°15'34,88159"	60°16'18,73077"	AUA -03	03°14'56,51240"	60°16'35,32972"
AUA -02	03°15'38,65020"	60°16'34,06116"	AUA -04	03°14'53,63589"	60°16'22,74737"

FINALIDADE: Autorizar a operação de projeto de criação de animais de grande porte (bovinocultura de corte e engorda) no sistema semi-intensivo, em uma área de 55,8257ha, inserida no imóvel "Fazenda Lago Azul II"

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Médio

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (MF) 0.6990	PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (HA) -----
ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 55,9223	ÁREA DE USO MÚLTIPLO (HA) 55,8257
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) 22,8175	ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) -----
ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) ----	ÁREA REMANESCENTE (HA) -----

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 13 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM,

16 JUN 2021

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 011/19-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº. **2654.2018**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no art. 4º da Lei nº 12.651/12.
8. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
9. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei nº 5.197/67;
10. É expressamente proibida a queima e a deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local adequado.
11. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
12. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos, embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei Federal nº nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.074/02 e na Lei Estadual nº 3.803/12, regulamentada pelo Decreto nº 36.107/15.
13. Atender notificação decorrente da análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR do imóvel